

As opções estratégicas de Portugal no novo contexto mundial

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS*

O novo contexto internacional, que se pode caracterizar como uma situação de reordenamento estratégico provocado pelo recuo da União Soviética e o correspondente (e até surpreendente) avanço da Alemanha, deve-se, basicamente, a três grandes factores: omnipresença da comunicação/informação e importância da opinião pública; competição na área tecnológica; aspectos de natureza económica.

A comunicação/informação que, em tempo real, reflecte e influencia a opinião pública e a sua vontade, deu a conhecer modelos de sociedade que chamavam a atenção para os contrastes e despertavam desejos de imitação por parte do Leste relativamente ao Oeste.

A competição na área tecnológica acentuou as diferenças e provocou gastos com repercussão nas economias dos líderes dos blocos que se confrontavam. O lançamento da iniciativa de defesa estratégica pelos Estados Unidos pode ser explicado mais a esta luz do que apenas por motivos de natureza militar.

O fracasso económico da URSS, as dificuldades crescentes nesta área sentidas pelos Estados Unidos, a par da pujança da Alemanha e do Japão, facilitam a compreensão sobre quem efectivamente teve as maiores perdas (a União Soviética), algumas (os Estados Unidos) e, provavelmente, os maiores ganhos (Alemanha e Japão).

Foram os interesses nacionais que comandaram e estão a comandar os desenvolvimentos estratégicos em curso. São os Estados-nação os verdadeiros actores em cena, manobrando em função do que entendem ser do seu real interesse e ditando as opções que vão enformar os sistemas de alianças, quer políticas, quer económicas, quer de segurança. Não tem sido relevante a vontade das organizações internacionais que materializavam aquelas

* General. Ao tempo, director do Instituto de Altos Estudos Militares. Actual chefe do Estado-Maior do Exército.

alianças. O que tem contado (e contará) é a vontade de cada um dos Estados-nação envolvidos e dos objectivos que prosseguem.

Ao abrandamento do poder das superpotências correspondeu uma maior liberdade de acção das potências médias e menores, ao ressurgir dos nacionalismos, a emergência das assimetrias regionais (militares e outras).

A presença nuclear é ainda um factor que pode determinar os alinhamentos e os conflitos, hierarquizar as potências e gerar angústias, a despeito da inibição crescente do seu uso. Esta inibição, associada à cada vez maior sofisticação tecnológica e ao controlo de armamentos (nucleares e convencionais), do mesmo passo que atenua as tensões, chama a atenção para o aumento de probabilidade de conflitos convencionais.

Desejos e realidades

O amortecimento das ameaças com que o mundo vivia há quarenta e cinco anos gerou uma onda de optimismo em toda a parte e levou, na maior parte dos países, a percepções de «paz perpétua» pelas opiniões públicas, com os naturais reflexos na dificuldade em manter os orçamentos militares, que conduziu a cortes de verbas e diminuição de efectivos.

Esta maré, em que se confundem os desejos com as realidades, vem provocando a cegueira perante ameaças emergentes, até agora latentes e menos visíveis, embora algumas já tivessem detonado - como as acções iraquianas no Golfo - e esquece que uma ameaça é uma capacidade que se tenciona aplicar e que, enquanto as capacidades existirem, elas constituem riscos susceptíveis de se transformarem rapidamente em ameaças, caso se verifique uma alteração de intenções (o que pode ser momentâneo).

Sem pôr em causa as possibilidades de reduzir os sistemas de forças permanentes, assentando os meios mais do que até agora nas operações de mobilização, é conveniente que se tenha consciência dos graves riscos que implica o desmantelamento irracional dos dispositivos militares.

Uma ronda pelos principais pólos de poder existentes ou emergentes faz levantar algumas considerações e colocar outras tantas interrogações.

Onde termina o recuo estratégico da URSS? Qualquer que seja o futuro e apesar dos resultados da *perestroika*, não será a Rússia uma grande potência da Eurásia, dispondo de armas nucleares, pronta a disputar a hegemonia com outras potências, pugnando pelos seus interesses fundamentais que a História e a Geografia nos ajudam a revelar? Não procurará

competir com outros poderes, na Europa e na frente do Pacífico, tentando manter e/ ou desenvolver áreas de influência?

Onde acaba o avanço estratégico da Alemanha? O processo de reunificação alemã tem estado a comandar o processo de aprofundamento da CEE. Até que ponto este aprofundamento corresponderá à vontade da Alemanha? E em que quadro? Numa CEE alargada? Numa Europa em vários círculos? Sob o guarda-chuva de uma CSCE enquadradora do Norte? E qual vai ser o caminho próprio da Alemanha? Aceitará que sejam apenas outros (Franceses e Ingleses) a ter capacidade de disparar armas nucleares? Permitirá que continuem forças estrangeiras no seu território? Continuará a considerar a NATO como sistema de segurança colectivo indispensável? Até que ponto uma Europa consolidada, sob a liderança alemã, privilegiará as ligações com os Estados Unidos ou com a Rússia? Até que ponto o alargamento da CEE ao domínio da segurança não poderá conduzir a que conflitos de interesses nesta área surjam como prolongamento de conflitos de interesses económicos entre dois, três ou mesmo os quatro grandes blocos (CEE, Estados Unidos, Japão, Rússia)?

Até onde irão as perdas dos Estados Unidos em todo este complexo processo de reordenamento estratégico? Se, por um lado, parecem ter como objectivo a invulnerabilidade territorial a ataques nucleares, através da concretização da iniciativa de defesa estratégica - o que configuraria o que se pode designar por «pax americana» ou império mundial - e isso se tenha verificado na sua liderança na resposta ao Iraque, demonstram, a prazo visível, dificuldades económicas e estratégicas. As primeiras são patentes nos resultados da cimeira de Houston em que não tiveram capacidade para aparecer como credor prioritário da URSS e da China, nem sequer para impedir que a Alemanha e o Japão tomassem esse lugar (cada um para a respectiva área de influência), e nos efeitos previsíveis da sua intervenção do Golfo. As segundas revelam-se na operação política que foi necessário levar a efeito na cimeira da NATO em Londres, quando propuseram uma nova fórmula de garantir a sua presença no continente europeu, e nas dificuldades sentidas na intervenção na área do Golfo. Será que perante uma individualização e consolidação da Europa à volta da CEE, envolvendo a própria área da segurança, os Estados Unidos assumirão o papel de balanceiro, impedindo que um dos grandes pólos de poder instalados na Eurásia consiga o domínio de todo o continente?

E o Japão? Até que ponto não caminhará para consolidar como área de influência a China e o resto da bacia do Pacífico, alargando o seu modo de actuação à esfera da segurança, preenchendo o vazio de poder deixado por um eventual recuo dos Estados Unidos devido

a pressões isolacionistas e para uma repartição mais justa dos custos quanto ao dispositivo militar no Pacífico? Ou entrando mesmo em conflito com os Estados Unidos?

E a França e a Inglaterra? Quais serão as suas reacções perante um aprofundamento da hegemonia alemã, tendo em conta a relação de poderes na Europa, os dados da História e a atracção da potência marítima dominante?

Parece legítimo poder concluir-se que o momento histórico actual não se encontra completamente e claramente delineado. Vivemos um período de grandes alterações estratégicas estruturais, mas ainda muito confuso e fluido, com várias e bem distintas dinâmicas possíveis.

Esta incerteza quanto ao futuro e as diferenciadas hipóteses de cenários que se apresentam aconselham uma postura prudente e cautelosa em tudo o que se relaciona com a defesa nacional. Deverão tomar-se opções estratégicas susceptíveis de garantir flexibilidade para eventuais adaptações aos múltiplos caminhos que ainda se encontram em aberto.

Começando pelo princípio

As opções estratégicas de um país não podem ser avaliadas sem que se comece pelo princípio. E o princípio é a sua Geografia e a sua História. Elas influenciam (por vezes ditam) atitudes, e apontam modalidades de acção.

Tendo em vista a finalidade estratégica, Portugal é um pequeno país constituído por um núcleo territorial encravado numa península que compartilha com um único parceiro bem mais poderoso, e por dois arquipélagos em pleno Atlântico. Forma um conjunto fragmentado, com reduzida extensão territorial, mas com potencial suficiente para se manter soberano, se necessário pela força das armas, conforme a História o demonstra.

Em termos globais, e dependendo da evolução do actual e fluido contexto mundial, Portugal pode continuar a ser uma charneira - posição central - entre duas partes de um todo defensivo (pilares americano e europeu), se se mantiver a ligação EUA-Europa, quer esta seja uma grande Europa tipo CEE alargada ou mesmo uma pequena Europa que se abrigue na Aliança e no apoio dos Estados Unidos. Nestas condições, a importância da posição portuguesa destacar-se-á no reforço europeu e como controlo de grandes rotas marítimas e aéreas mundiais. Ou pode vir a transformar-se numa zona de fronteira, dividindo dois conjuntos individualizados, entre os quais é susceptível a deflagração de

conflitos de interesses, se os EUA e a Europa se separarem em termos de segurança. Caso tal aconteça, a posição portuguesa, mantendo a sua importância como área de controlo de rotas, destaca-se como possível área de confrontação - circunstância agravada pelo facto de uma parte do seu território (os Açores) ser considerada como integrando a fronteira de segurança dos EUA, quer em termos defensivos, quer de projecção do poder para várias regiões da actual NATO e no exterior desta (caso do Médio Oriente).

Em termos regionais, o território português, nomeadamente o seu núcleo territorial continental, é o melhor acesso ao centro da península Ibérica (coração do vizinho espanhol) e, através desta, à Europa central. Dispõe de reduzida, embora bastante, profundidade territorial, e os seus centros de poder situam-se sobre a fronteira marítima: encontra-se ao alcance de acções estratégicas provenientes do Magreb, configurando a parte sul do seu núcleo territorial (o Algarve) com o arquipélago da Madeira um eixo de contenção perante o Noroeste Africano, a partir do qual é possível a defesa e o lançamento de acções.

Historicamente, as preocupações de Portugal, no âmbito regional, tendo em vista a sua sobrevivência como país soberano, prevaleceram sobre as preocupações de natureza global, sendo estas elementos mais apoiantes das primeiras do que finalidades em si. A histórica ligação portuguesa ao Sul (África, Índia e América do Sul) constituíram fundamentalmente factores de aumento do peso específico do país face às ameaças regionais e junto da potência marítima (a Inglaterra). No decorrer deste século (depois da Segunda Guerra) os Estados Unidos, como potência marítima dominante, portanto com interesses na área, têm substituído a Inglaterra, embora sem a mesma substância em termos de finalidade estratégica. De facto, enquanto à Inglaterra interessava, por motivos que se ligavam com o equilíbrio de poderes na Europa, manter o *status quo* na península Ibérica, é pelo menos questionável que, para os Estados Unidos, isso tenha o mesmo interesse. A resposta a esta questão parece-me fundamental, pois isso poderá conduzir a ajustamentos nas preferências das alianças.

A máscara da ideologia

Durante muitos anos, enquanto durou a guerra fria, houve a tendência para mascarar as reais causas dos conflitos com o manto da ideologia. Com o desmoronar dos vários muros, também parece que este vai cair. E estão a rever a luz do dia as puras e duras causas das guerras: interesses de diversa natureza (económica, demográfica, geográfico-estratégica,

etc.). Verifica-se agora que, de facto, a ideologia era mais razão aparente do que real, brandida por aparelhos de propaganda.

Julgo não existirem, neste momento, quer a nível global, quer a nível regional, intenções (pelo menos declaradas) de actuar sobre Portugal por forma a exigir a resposta com a força ou pela força. Ou seja, não se vislumbram ameaças em acto contra o nosso país.

Não existem, mas encontram-se latentes, na medida em que, sendo uma ameaça o produto de uma capacidade, capacidades que eventualmente sobre nós possam ser aplicadas constituem um risco para o qual é imperativo nacional estar preparado. Isto porque, a qualquer momento, a mudança de intenções pode dinamizar as capacidades e estas transformarem-se em ameaças. E enquanto os sistemas de forças necessários para fazer frente à materialização das intenções custam e demoram longo tempo a levantar, estas alteram-se instantaneamente.

Dentre os vários riscos que se poderão enumerar, vejamos os que são importantes para Portugal.

O desequilíbrio regional peninsular em termos de potencial global associado aos sentimentos históricos dos Espanhóis e dos Portugueses constitui um risco a ter em conta, devendo ser destacado o quase escandaloso desequilíbrio quanto à situação militar, para nós muito desfavorável, o que também é verdade relativamente à situação militar de Marrocos. Talvez nunca na história de Portugal como país independente o desequilíbrio militar tenha sido tão acentuado.

Outro risco é constituído pelas potenciais causas de conflito existentes na região estratégica em que Portugal se situa, resultante dos problemas de Ceuta e Melilla.

Também se não deve ignorar o risco proveniente de questões de raiz demográfica e religiosa que estão a emergir fortemente no Norte de África, bem como a natureza instável de regimes políticos da área, assentes em personalidades que, de um momento para o outro, podem ser substituídas.

Finalmente, é risco assinalável para o nosso país a importância que a sua posição geográfica tem para a potência marítima dominante, especialmente a indispensabilidade da utilização de facilidades nela instaladas para efeitos de projecção do poder.

Está claro que a capacidade militar não deve apenas visar a resposta a ameaças e riscos, mas também satisfazer interesses nacionais, em apoio por um lado de actividades da política externa, por outro lado levando a efeito missões de interesse público. Entre as primeiras

convém assinalar a participação de forças portuguesas em sistemas de segurança colectiva de que participamos, no âmbito de forças multinacionais, como afirmação da nossa vontade, capacidade e responsabilidade, bem como a cooperação militar com os países lusófonos em todas as áreas, nomeadamente na logística e instrução, e ainda a participação nas operações de manutenção de paz sob os auspícios de organismos internacionais. Entre as segundas podem destacar-se as tarefas de fiscalização do espaço de interesse económico nacional e acções de combate a calamidades públicas, combate a desastres ecológicos, como sejam os incêndios florestais, as marés negras, as ameaças de contaminação química, bacteriológica, etc.

Prudência e determinação

Ao nível da estratégia total, ou seja, no domínio da acção estratégica global com os diferentes vectores da segurança nacional, as opções estratégicas de Portugal, embora não privilegiando a componente militar, dada a actual situação de esmorecimento das ameaças, deve considerá-la como elemento indispensável, uma vez que tal esmorecimento pode rapidamente desaparecer pela modificação de intenções do uso das capacidades existentes que constituem riscos para o nosso país.

A acção nos restantes vectores deve ser prudente, mas determinada. Visará especialmente aumentar o potencial nacional.

Em primeiro lugar, no campo interno.

E começando por manter e desenvolver a vontade de defesa dos Portugueses, o querer nacional, o desejo de independência e a afirmação da identidade própria. Através da actuação no campo educacional, no ensino e na reflexão sobre a história pátria, desenvolvendo actividades culturais em todos os domínios (para o que as acções concretas relacionadas com as comemorações dos Descobrimentos podem constituir, para já, um dinamizador), defendendo e preservando a língua portuguesa, produzindo e difundindo material audiovisual, através destas e outras atitudes, vivificar e fortalecer a alma portuguesa.

Ainda no campo interno, há que aperfeiçoar e consolidar os mecanismos de decisão, tornando possível a determinação e concretização daquilo que é a vontade nacional. Além da eliminação dos múltiplos e desnecessários, senão entorpecedores, níveis burocráticos de decisão, para este objectivo muito colaborará a existência de estabilidade governativa, o

que, não devendo ser um fim em si mesmo, contribuirá para materializar aquilo que, afinal, se deseja: fortalecer o cérebro de Portugal.

Finalmente, e ainda no campo interno, há que desenvolver o país, fortalecendo o corpo nacional, através de medidas persistentes de desenvolvimento e independência económica e controlo financeiro. Conseguir o máximo de capacidade agrícola e industrial, procurar gerar uma certa auto-suficiência em produtos elementares essenciais, matérias-primas básicas e equipamentos industriais fundamentais (incluindo militares), diversificar as fontes de abastecimento externas e, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar dos portugueses, a sua satisfação em pertencer a um país desenvolvido e próspero, tudo isto são objectivos a estabelecer.

No campo do vector estratégico da política externa, o nosso país deve procurar aumentar o potencial nacional, criando contra partidas às potenciais ameaças, complementando as áreas com deficiências e contribuindo para gerar equilíbrios globais e regionais, propiciadores de situações de paz que nos sejam favoráveis.

Recusar a irreversibilidade

Perante a constituição dos grandes blocos económicos e de segurança que possuem intervenção global, é conveniente actuar com a maior prudência, dada a imprevisibilidade quanto ao futuro, retirando as maiores vantagens sem alienar a liberdade de acção para tomar as atitudes que julgemos serem do nosso interesse. Neste domínio, assumir posições rígidas e irreversíveis pode significar unir o destino de Portugal a soluções que venham a revelar-se desastrosas.

Quanto à CEE, haverá que buscar o entrosamento compatível com a participação, em igualdade de direitos, com os restantes parceiros, para disso retirar os máximos benefícios, mas com suficiente autonomia para potenciar as ligações atlânticas, com os Estados Unidos, África e América Latina, elas próprias potenciadoras da nossa capacidade de intervenção na Europa. A este respeito, há que ter a maior atenção à evolução da situação no domínio dos sistemas de segurança colectivos, pois não é certo nem seguro o futuro da ligação EUA-Europa, conforme já vimos atrás.

Por outro lado, e sendo questionável o posicionamento da potência marítima dominante quanto à relação de forças na península luso-espanhola, e tendo em atenção a possibilidade de com ela virem a surgir atritos (dadas as necessidades que tem do uso do nosso território

para a sua segurança afastada e para a projecção do poder), há que gerir cuidadosamente as relações mútuas, pugnando, no nosso interesse, pela manutenção da ligação EUA-Europa, onde desempenharemos um papel-charneira de posição central. Simultaneamente, é conveniente diversificar as nossas relações externas com outras potências marítimas que estejam interessadas em manter o *status quo* peninsular e com as quais não haja hipóteses visíveis de atrito, como é o caso do nosso aliado tradicional - o Reino Unido.

A fim de manter os equilíbrios regionais, há que acentuar as nossas ligações aos vizinhos Marrocos e Espanha, à França e a outros países europeus. E que procurar negociar na área estratégica (Portugal, Espanha e Magreb) um acordo de controlo de armamentos, ligado ou não à CFE em curso, pelo qual os países da área se comprometam a manter um nível de suficiência mutuamente equilibrado de forças militares.

Finalmente, deverá intensificar-se a nossa participação em todos os foruns internacionais, nomeadamente na CSCE, com prioridade para as relações com os países lusófonos.

As opções estratégicas militares para Portugal decorrem daquelas que indiquei deverem ser as opções ao nível da estratégia total no novo contexto mundial já caracterizado.

Duas direcções estratégicas

Da concepção estratégica de defesa nacional deve constar para que tipo de ameaças se deve prever o vector estratégico militar. Numa estratégia de defesa em todos os azimutes, que é própria de todos os Estados-nação, a previsão para o grau máximo de ameaça deverá corresponder à hipótese de acções sobre o país que obriguem a: defender em duas direcções estratégicas, executando o esforço principal em uma delas; cobrir todo o espaço territorial nas fronteiras terrestres e marítimas; ter capacidade de transporte de reforços para os arquipélagos num conflito regional de menor intensidade; e participar com aliados no controlo do espaço marítimo e aéreo inter-territorial num conflito regional de alta intensidade, e num conflito generalizado.

Esta minha opinião sobre o sistema de forças necessário ao nosso país para as hipóteses por mim consideradas baseia-se naquilo que tenho vindo a designar por princípio de repartição do trabalho estratégico e implica dispor de uma aliança militar com uma potência marítima com, pelo menos, média capacidade.

De facto, numa pequena potência, que normalmente não dispõe de capacidade autónoma para fazer frente às ameaças de grau mais elevado que sobre ela podem desabar, e num

ambiente de hostilidade (que, afinal, é o que justifica a existência e o modelo de forças armadas), devido a razões de soberania nacional e de segurança das populações perante inimigos e aliados, há que definir com o maior rigor O mínimo que o país deve fazer em todas e cada uma das áreas geográficas e funcionais; onde é imperativo nacional ir além do mínimo se possível o máximo (e isso está ao nosso alcance); onde é admissível complementar as nossas tarefas estratégicas com a acção dos aliados, a fim de serem executadas as tarefas necessárias. Ou seja: o que é essencial que sejamos nós a fazer e temos capacidade para efectuar; o que temos que acordar com os nossos aliados.

A aplicação deste princípio conduziu-me à concepção estratégica militar atrás enunciada com base em situações de conflito e não com base no cumprimento de tarefas de tempo de paz, argumento que tenho visto ser frequentemente utilizado para justificar a necessidade de existência de certos equipamentos militares. Para as forças armadas, as missões de tempo de paz têm carácter supletivo e são levadas a cabo porque as forças armadas existem em função da guerra e não por necessidade de tempo de paz.

Por outro lado, o mesmo princípio foi utilizado considerando o imperativo nacional de fazer o máximo na defesa do território (continente e arquipélagos), orientando para tal todos os meios aéreos, navais e terrestres, e isso está ao alcance das nossas capacidades nas condições indicadas, ao mesmo tempo que se garantirá a cooperação aliada para a execução de tarefas que ultrapassem nitidamente as nossas capacidades. Note-se, afinal, que a história portuguesa revela muitos conceitos e situações semelhantes. O desembarque de forças terrestres estrangeiras aliadas no nosso território deve ser evitado a todo o custo, por questões ligadas à própria soberania nacional, só sendo de admitir eventuais apoios pontuais e fornecimento de equipamento militar.

Calculados os meios necessários para o cumprimento da concepção estratégica definida, os responsáveis políticos, assessorados pelos estados-maiores técnicos, expressarão o grau de probabilidade que admitem para o desencadeamento da ameaça mais perigosa e, em função disso, o tipo de sistema de forças permanente de que o país deve dispor em tempo de paz.

Está claro que, numa situação de distensão internacional, o sistema de forças permanente pode ter um grau de prontidão bem menor do que num ambiente de tensão mais ou menos generalizado. Advogamos, na presente situação, um sistema permanente reduzido com a finalidade primária de instruir o contingente nacional como base de mobilização, treinar cenários de emprego para os sucessivos patamares de materialização da ameaça, e em condições de crescer, por mobilização, para todos e cada um destes patamares. Tal sistema

deverá ter ainda capacidade para responder a ameaças menores do domínio dos conflitos de baixa intensidade, satisfazer os interesses nacionais que forem julgados de interesse para o apoio da política externa, como sejam a concretização dos compromissos internacionais correspondentes aos sistemas de segurança colectiva em que estejamos envolvidos, e a efectivação de uma cooperação militar com os países lusófonos. Finalmente, deverá estar em condições de cumprir as diversas missões de interesse público já atrás assinaladas.

Um novo serviço militar

No âmbito da estratégia militar estrutural há ainda três aspectos que merecem ser referidos e analisados quanto às opções a tomar. O primeiro respeita ao sistema militar no que se relaciona com o emprego dos recursos humanos, o segundo está ligado com a organização superior dos sistemas de direcção da componente militar da defesa nacional, e o terceiro questiona a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas em vigor.

Quanto ao emprego dos recursos humanos pelas forças armadas, é técnica e economicamente impossível, para um pequeno país como o nosso, querer a defesa militar de Portugal sem o recurso ao serviço militar obrigatório. No entanto, dada a situação de distensão internacional e o correspondente amortecimento das ameaças, advogo que é oportuno adoptar um novo conceito de serviço militar obrigatório, pelo qual o núcleo permanente das forças armadas seria constituído por elementos voluntários/profissionalizados que dariam instrução durante um período curto de cerca de 5 a 6 meses a todo o contingente e, periodicamente, enquadrariam o treino dos planos operacionais. O contingente constituiria a base de mobilização indispensável ao crescimento do sistema de forças permanente para os sistemas necessários aos sucessivos patamares da ameaça, quando fosse caso disso.

Esta solução originaria um núcleo permanente das forças armadas mais eficiente e responderia às incomodidades sentidas pelos jovens, relacionadas com a injustiça de prestar serviço militar quando nem todos o fazem, e com a sensação de inutilidade de permanência nas fileiras depois do período de instrução.

A implantação deste novo sistema militar, mais caro, deve ser acompanhada de cuidados especiais resultantes da incógnita quanto à quantidade e qualidade dos voluntários que aparecem (em função da capacidade de competição no mercado do trabalho pelos incentivos oferecidos), o que aconselha mecanismos de transição permitindo o recurso ao serviço militar por um período de 12 meses (8/9 meses para algumas especialidades).

Os custos desta reforma estrutural importante são relativamente elevados, mas, a meu ver, justificam-se plenamente, na medida em que significam uma útil e adequada reforma social e militar.

Quanto à organização da direcção superior da componente militar da defesa nacional, penso que é a oportunidade para retirar do EMGFA todas as actividades executivas e de *staff* no âmbito administrativo-logístico (com a excepção de capacidades para coordenação destas com as actividades operacionais), passando-as para o Ministério da Defesa Nacional, onde seriam centralizadas e coordenadas, em ligação directa com os ramos, transformando-se o EMGFA num órgão ágil e eficiente de efectivo alto comando operacional.

Quanto à actualidade e validade da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas em vigor, julgo que não há razão para pedir a sua alteração. As lacunas ou os erros existentes na área da defesa nacional não são resultado da lei que temos. Pelo contrário, entendo que com ela são possíveis todos os desenvolvimentos que preconizo. Por outro lado, a lei gerou uma correcta articulação das forças armadas com o poder político, pela qual, sem que este tenha perdido os mecanismos de intervenção que deve ter, permitiu a manutenção de uma certa personalidade da instituição militar que é, certamente, um dos mais importantes motivos que impediram a sua partidarização.

No domínio da estratégia militar operacional, há um aspecto que merece ser convenientemente destacado. Trata-se da necessidade de estabelecer um conjunto articulado de planos operacionais nos diferentes níveis estratégicos, que não só definam os procedimentos do seu emprego, mas também sirvam de elementos de referência para o planeamento de forças, definindo e orientando as necessidades de meios e estruturas a gerar, adquirir e/ ou levantar.

Assim, no mais elevado escalão estratégico (no âmbito da estratégia total a que corresponde o conceito alargado de defesa nacional), sob a orientação do primeiro-ministro, deveria ser elaborado no Ministério da Defesa Nacional, em ligação com todos os outros ministérios, o Plano Geral de defesa nacional, que, no nível das medidas concretas, traduziria o conceito estratégico de Defesa Nacional que, como decorre do que precede, necessita de ser reformulado. Este plano indicaria às várias estratégias gerais as acções a levar a efeito e o calendário de actuação. No escalão das estratégias gerais (em cada um dos ministérios envolvidos) seriam elaborados os correspondentes planos (económico, diplomático, etc.). No Estado-Maior General das Forças Armadas seria desenvolvido o plano geral de defesa militar, directiva precisa sobre as atitudes a levar a cabo na esfera militar, orientando os

comandantes-chefes das diferentes regiões do país e os restantes comandos operacionais dos diversos ramos das forças armadas. Este plano geral de defesa militar de Portugal materializaria, no que se relaciona com atitudes concretas, o conceito estratégico militar que, obviamente, deve ser actualizado.

Em sintonia com este plano deveriam ser ajustados os planos gerais de defesa dos Açores e da Madeira, o plano de emprego dos meios aéreos, o plano de emprego de meios navais e o plano de emprego dos meios terrestres. Seria ainda elaborado o plano de defesa militar no continente, pelo comando operacional das forças terrestres, devidamente aumentado com elementos da Marinha e Força Aérea, em ligação com o comando operacional da força aérea, em ligação com o comando operacional das forças terrestres, aumentado conforme atrás se disse.

Todo este planeamento deveria ser periodicamente testado, em exercícios anuais ou de dois em dois anos, e actualizado, em função do resultado destes testes e de acordo com uma calendarização pré-definida.

Um conjunto de planos do tipo do que acabo de apresentar constituiria a trave-mestra da estratégia operacional e a base mais importante da estratégia genética e, portanto, do planeamento de forças.

Posicionamento *anti*

Na esfera da estratégia militar genética, que abarca o levantamento dos meios, sua produção e melhoramento, interessa-me debater o tipo de opções a considerar em dois aspectos: que tipo de equipamentos devem ser escolhidos: como devem ser obtidos.

Para um pequeno país, de reduzido potencial, portanto com uma postura defensiva em todos os azimutes, contida, aliás, na definição portuguesa de defesa nacional, os equipamentos militares, abrangendo todas as necessidades que a concepção estratégica indique, devem privilegiar as características defensivas contra instrumentos de ataque. É aquilo que, em linguagem militar, se costuma designar por equipamento *anti*.

Antiaéreo, como sejam os aviões de interceptação e os canhões e mísseis antiaéreos; antinavio, como é o caso dos submarinos e das minas, e dos canhões e mísseis de artilharia de costa; anticarro de combate e viatura blindada, como sejam os canhões e os mísseis anticarro; anticomunicação, o que se consegue com o material de guerra electrónico, capaz de desarticular os sistemas de comunicação adversários.

Este posicionamento anti, eminentemente defensivo, deverá estender-se a níveis superiores de dissuasão, traduzindo-se no acesso a investigação científica de ponta, refazendo, aliás, uma capacidade que já tivemos no campo da tecnologia ampliada, o que não infringe nenhum acordo ou compromisso internacional a que estejamos vinculados, e permite uma posição de partida para uma dissuasão que favorece o fraco quando em confronto com o forte, apenas se, e quando, tal imperiosa necessidade se verificar.

Com esta asserção entramos no segundo aspecto da estratégia genética: como obter os equipamentos.

Dada a nossa reduzida capacidade industrial, a maior parte dos materiais terão que ser adquiridos a países estrangeiros. Logo aqui haverá que ter o cuidado de evitar demasiadas dependências logísticas, quer pela diversificação das origens (não metendo todos os ovos no mesmo cesto), quer pela aquisição de equipamentos novos que tenham menores custos de manutenção.

O sistema de obtenção de equipamento militar usado, por contrapartida de facilidades concedidas ou como resultado do *«cascading»* resultante das FCE, pode transformar-se num pesado fardo logístico e em forte dependência, se não forem devidamente verificados os materiais e acauteladas as circunstâncias em que o equipamento vem para as forças armadas portuguesas.

Mas uma opção importante a tomar nesta área da estratégia genética é tentar conseguir aquilo que designarei como a auto-suficiência militar mínima. Com isto pretendo dizer que é possível a produção nacional de um conjunto de equipamentos de natureza militar que nos proporcione alguma independência até certos níveis de conflito. Essa espécie de «cabaz» deveria ser rigorosamente definida em função da concepção estratégica militar e das nossas capacidades industriais, existentes e a desenvolver. Aliás, a concepção estratégica militar deve, naturalmente, ter em atenção as nossas possibilidades, como a própria doutrina o exige.

Desse «cabaz», deveriam fazer parte, entre outros materiais: armamento ligeiro, nomeadamente a espingarda automática, respectivas munições e granadas de mão; morteiros, meios de lançamento para um míssil anticarro e um míssil antiaéreo e respectivas munições e mísseis; minas terrestres e marítimas; artilharia ligeira e munições convencionais de artilharia de campanha; bombas de avião, bombas de profundidade e torpedos; material de vigilância do campo de batalha; uma viatura táctica ligeira e uma viatura média; meios navais ligeiros, como sejam patrulhas e draga-minas; dispositivos

electrónicos e meios de comunicação; meios de simulação e treino; componentes e sobresselentes.

Estes equipamentos deveriam ser concebidos e produzidos no âmbito de uma política nacional de armamento, visando a sua utilização adequada pelos três ramos das forças armadas.

Profunda revisão prudente

Poderemos afirmar com segurança que o actual contexto mundial é suficientemente novo para exigir profunda revisão das opções estratégicas dos diversos actores da cena internacional, e suficientemente vago e impreciso, no que tange à sua evolução, para aconselhar prudência quanto às opções a tomar. A questão central dessa imprecisão é o desconhecimento de até onde chega o avanço estratégico da Alemanha e onde fica o correspondente recuo estratégico da União Soviética.

Sendo um facto a distensão internacional a nível global, há que ter em atenção a eclosão de ameaças até agora adormecidas, quais velhos demónios ressuscitados, fazendo ressurgir as razões reais dos conflitos. A emergência dos nacionalismos é um deles. Aliás, tudo aquilo que se está a passar no contexto mundial é resultado das interacções dos interesses nacionais, que comandam e se sobrepõem às organizações internacionais.

As opções estratégicas de Portugal devem visar intransigentemente a defesa dos interesses nacionais e terem como base de partida real a sua geografia, bem como a sua história.

O problema prioritário de Portugal situa-se no quadro regional, e os sistemas de segurança em quadros mais amplos devem reforçar e/ ou complementar a defesa nacional no âmbito regional. Usando da prudência atrás assinalada, há que reajustar o planeamento estratégico em vigor: no domínio da estratégia total, através da actualização do conceito estratégico de defesa nacional, e da elaboração de um plano geral de defesa nacional; no domínio da estratégia militar, através da actualização do conceito estratégico militar e da elaboração do plano geral de defesa militar de Portugal, com os correspondentes planos de defesa militar do continente, dos Açores e da Madeira.